

RECURSOS E PROCESSOS *nos tribunais*

Vinicius Silva Lemos

4^a edição

Revista, atualizada
e ampliada

2020



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

1. DO DIREITO DE RECORRER.....	43
2. DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	47
2.1 Recurso	47
2.2 Remessa Necessária.....	50
2.2.1 A dúvida da natureza jurídica da remessa: recurso?	52
2.2.2 A amplitude material da remessa necessária	54
2.2.3 A concomitância entre remessa necessária e o recurso.....	55
2.2.4 A dispensa de remessa necessária	56
2.2.4.1 O conteúdo quantitativo da decisão e a dispensa da remessa necessária	56
2.2.4.2 A decisão fundada em precedentes judiciais vinculantes e a dispensa de remessa necessária	57
2.2.5 A decisão parcial de mérito e a total simetria com a remessa necessária.....	58
2.2.6 A decisão concessiva da tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente e a remessa necessária	60
2.2.7 A ação monitória e remessa necessária	63
2.3 Competência Originária	65
2.4 Composição dos tribunais.....	66
3. DOS ATOS JUDICIAIS.....	69
3.1 Do ato judicial não suscetível a recurso	69
3.2 Dos atos judiciais suscetíveis a recurso	71
3.2.1 Sentença	72
3.2.2 Decisão Interlocutória	73
3.2.3 Decisão Monocrática	75
3.2.3.1 Espécies de Decisão Monocrática	78
3.2.4 Acórdão	81
4. PRINCÍPIOS RECURSAIS	83
4.1 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	84
4.2 Princípio da Taxatividade	87
4.3 Princípio da Singularidade e da Correspondência	89
4.4 Princípio da Dialética.....	91

4.5	Princípio da Fungibilidade.....	93
4.6	Princípio da Voluntariedade	98
4.7	Princípio da Proibição da Reformatio In Pejus	100
4.8	Princípio da Consumação	103
4.9	Princípio da Complementaridade.....	105
4.10	Princípio da Adstrição ou Congruência Recursal.....	108
4.11	Princípios do CPC/2015 e o impacto na esfera recursal	111
4.11.1	Princípio da primazia ao julgamento de mérito.....	112
4.11.2	Princípio da cooperação processual	115
4.11.3	Efetividade do princípio do contraditório e a impossibilidade de decisões surpresas.....	119
4.11.4	A fundamentação da decisão judicial como norma fundamental	122
4.11.5	A cláusula geral de livre negociação como norma fundamental: o impacto do negócio jurídico processual no âmbito recursal...	127
5.	CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	133
5.1	Quanto ao âmbito ou alcance material	133
5.2	Quanto ao momento da interposição recursal.....	136
5.3	Quanto à fundamentação recursal.....	139
5.4	Quanto ao objeto decisório – conteúdo decisório	141
6.	JUÍZO RECURSAL	143
6.1	Do juízo de admissibilidade recursal.....	144
6.2	Requisitos Genéricos de Admissibilidade Recursal.....	147
6.2.1	Requisitos Intrínsecos/Subjetivos.....	148
6.2.1.1	Legitimidade.....	148
6.2.1.2	Interesse de recorrer	152
6.2.1.3	Inexistência de atos de disposição	156
6.2.2	Extrínsecos/Objetivos.....	160
6.2.2.1	Cabimento e adequação	160
6.2.2.2	Tempestividade	162
6.2.2.3	Preparo	171
6.2.2.4	Regularidade procedimental	180
6.3	Consequências do Juízo de Admissibilidade	182
6.3.1	Juízo positivo de admissibilidade	183
6.3.2	Juízo negativo de admissibilidade	184
6.3.3	A flexibilização (relativização) do cumprimento dos requisitos de admissibilidade	186
6.4	Juízo de mérito recursal.....	188
6.4.1	<i>Error in procedendo e error in iudicando</i>	190
6.4.2	Pedido recursal e as respostas do órgão colegiado.....	193

7. EFEITOS RECURSAIS.....	195
7.1 Efeito obstativo	195
7.2 Efeito Suspensivo.....	198
7.3 Efeito Devolutivo.....	202
7.4 Efeito Substitutivo	207
7.5 Efeito Translativo.....	210
7.6 Efeito Expansivo	214
7.7 Efeito regressivo.....	218
7.8 Efeito diferido	219
7.9 Efeito Interruptivo.....	220
7.10 Efeito Desobstrutivo.....	222
8. ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	225
8.1 Protocolo, registro e distribuição	226
8.2 A produção de prova em tribunal	228
8.3 Do processamento perante o órgão fracionário	229
8.3.1 Da ordem cronológica de julgamento perante o Tribunal	230
8.3.2 A análise preliminar e as providências pelo relator: a possibilidade de sanabilidade recursal.....	232
8.3.3 Do julgamento monocrático	233
8.4 Remessa ao colegiado para julgamento.....	234
8.4.1 Da sessão de julgamento e a construção do julgamento colegiado .	235
8.4.2 Da sustentação oral	238
8.4.3 O pedido de vista.....	240
8.4.4 A suscitação de fato superveniente ou fundamento apreciável de ofício	241
8.4.5 A modificação do voto.....	245
8.5 Do resultado do julgamento colegiado: a construção do acórdão.....	246
8.5.1 A proclamação do resultado	247
8.5.2 Lavratura, publicação do acórdão e a ementa.....	247
8.5.3 Técnica de julgamento do art. 942 – Técnica de julgamento não unânime.....	248
8.5.3.1 A procedimentalidade do art. 942.....	251
8.5.3.2 O art. 942 e os embargos de declaração.....	254
8.5.3.3 O art. 942 e o julgamento do agravo interno	255
8.5.3.4 O art. 942, o agravo de instrumento e a ação rescisória.....	256
8.5.3.5 O art. 942 e o mandado de segurança.....	258
8.5.3.6 O art. 942 e o agravo de instrumento na execução ou cumprimento de sentença: a possibilidade de mérito na execução	259
8.5.3.7 As hipóteses em que a técnica do art. 942 não pode ser aplicada .	259

8.5.3.8 Espécies de dispersão de votos e a sua influência no art. 942.....	260
8.6 Os honorários advocatícios recursais	262
9. RECURSOS EM ESPÉCIE – APELAÇÃO	267
9.1. Amplitude da apelação.....	268
9.1.1 Devolutividade da apelação	268
9.1.1.1 A relação entre a apelação, o princípio da voluntariedade e a recorribilidade parcial: a concepção do <i>tantum devolutum quantum appellatum</i> diante da base do art. 1.013.....	269
9.1.1.2 As diversas concepções de impugnabilidade da apelação: o objeto da apelação	270
9.1.1.2.1 As argumentações possíveis na apelação e as suas finalidades: entre <i>error in procedendo</i> e <i>error in judicando</i>	271
9.1.1.2.2 A impugnação do <i>error in procedendo</i> e a sua concepção própria de impacto no processo: entre recorribilidade total e parcial via <i>error in procedendo</i>	273
9.1.1.2.3 A impugnação da questão de fato como <i>error in judicando</i>	274
9.1.1.2.3.1 A ampla possibilidade de reexame de prova	274
9.1.1.2.3.2 A necessidade de definição de impacto nos capítulos do processo	275
9.1.1.2.3.3 A consequência jurídica automática do provimento da questão de fato: efeito expansivo da apelação	276
9.1.1.2.4 A possibilidade de recorrer do processo como um todo: o art. 1.013, § 1º.....	276
9.1.1.2.4.1 A impugnação pelo apelante de questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas	277
9.1.1.2.4.2 O efeito translativo das questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, não impugnadas pelas partes no tocante ao capítulo impugnado: a limitação às consequências do pedido realizado	278
9.1.1.2.5 A devolutividade dos fundamentos do contraditório da ação via apelação: o art. 1.013, § 2º	280
9.1.1.2.5.1 A diferenciação entre pedido e fundamento.	280
9.1.1.2.5.2 A possibilidade do Tribunal em conhecer todos os fundamentos constantes no contraditório: o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas	

	um deles, a apelação devolverá ao Tribunal o conhecimento dos demais.....	281
	9.1.1.2.5.3 O diálogo com o art. 933 se o Tribunal trouxer fundamento novo	282
9.1.2	A impugnação de interlocutórias não agraváveis na apelação: uma novidade do CPC/2015.....	283
9.1.2.1	A apelação como recurso de possibilidade impugnativa de plúrimas decisões.....	285
9.1.2.2	A recorribilidade das interlocutórias em error in judicando com consequência de error in procedendo: efeito expansivo da apelação	286
9.1.2.3	O requisito da impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis: formalidade ou subjetividade?	286
9.1.2.4	O caráter de recurso das contrarrazões do vencedor...	287
9.1.2.5	Características das contrarrazões como apelação do vencedor.....	288
9.1.2.6	O contraditório e a ordem de julgamento	290
9.1.3	A impugnação da tutela provisória na apelação.....	291
9.1.4	Possibilidade de suscitar questões de fato não realizadas no juízo anterior.....	293
9.2	Forma de interposição	294
9.3	Efeito suspensivo automático da apelação	295
9.3.1	A impossibilidade de o efeito suspensivo alcançar as decisões interlocutórias impugnadas na apelação	297
9.4	Das exceções ao efeito suspensivo da apelação	298
9.4.1	A possibilidade de pedido avulso de efeito suspensivo nas hipóteses excepcionais	299
9.5	Ampliação da teoria da causa madura.....	300
9.5.1	As matérias possíveis de utilização da teoria da causa madura ..	303
9.6	Efeito regressivo da apelação	306
9.7	Novo processamento da apelação	307
9.7.1	A coisa julgada progressiva a partir da recorribilidade parcial da apelação	309
9.7.2	A apelação adesiva.....	310
9.8	Recursos que também impugnam a sentença	311
9.8.1	Recurso inominado em juizado especial cível.....	311
9.8.2	Recurso ordinário em decisão da Justiça Federal com ente estrangeiro <i>versus</i> Município ou cidadão domiciliado no Brasil.....	312
9.8.3	Embargos infringentes de alçada e o recurso extraordinário	313
9.8.4	Agravo de instrumento na Lei nº 11.101/2005	314

10. AGRAVO DE INSTRUMENTO	315
10.1 Conceito.....	315
10.1.1 Novo conceito de decisão interlocutória.....	318
10.1.2 As espécies de decisões interlocutórias na fase de conhecimento: agraváveis e não agraváveis	318
10.1.3 As decisões interlocutórias, a sua recorribilidade e o sistema de preclusão.....	319
10.1.3.1 As decisões agraváveis e a relação com a preclusão	320
10.1.3.2 As hipóteses não passíveis de agravo de instrumento e a preclusão não imediata	321
10.2 Modalidades de cabimento do agravo de instrumento	325
10.2.1 Rol de hipóteses de cabimento no processo de conhecimento ...	325
10.2.1.1 Tutelas provisórias	326
10.2.1.2 Mérito do processo	329
10.2.1.3 Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	334
10.2.1.4 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	335
10.2.1.5 Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	338
10.2.1.6 Exibição ou posse de documento ou coisa	341
10.2.1.7 Exclusão de litisconsorte.....	342
10.2.1.8 Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio.....	343
10.2.1.9 Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros .	345
10.2.1.10 Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	347
10.2.1.11 Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º	350
10.2.2 Hipóteses amplas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.....	353
10.2.3 As hipóteses escondidas de agravo de instrumento: a decisão parcial sem mérito e a decisão de distinção em primeiro grau...	356
10.2.3.1 A decisão parcial sem mérito	356
10.2.3.2 A decisão de distinção em primeiro grau.....	357
10.2.4 A fase de conhecimento, o rol taxativo e as teses interpretativas	358
10.2.4.1 O rol como taxativo restritivo	358
10.2.4.2 O rol como exemplificativo	359
10.2.4.3 O rol como taxativo com interpretação extensiva	360
10.2.4.4 A adoção da teoria da taxatividade mitigada pelo STJ: o julgamento do tema repetitivo 988 – REsp 1.696.396/REsp 1.704.520	363
10.2.4.4.1 O impacto da taxatividade mitigada no sistema de preclusão das decisões interlocutórias	366

10.2.4.4.2	A definição paulatina do STJ de várias hipóteses de agravo de instrumento fora do rol do art. 1.015 pela taxatividade mitigada...	368
10.2.5	O agravo de instrumento e a impossibilidade de arrastamento de hipóteses não agraváveis.....	370
10.2.6	A desnecessidade de protesto antipreclusivo: a antinomia do art. 278 e o art. 1.009, § 1º	372
10.3	Forma de interposição	376
10.3.1	A desnecessidade de cópias obrigatórias quando os autos forem eletrônicos	378
10.3.2	A conjunção do art. 218, § 4º e o art. 1.017, § 5º: a interposição do agravo de instrumento, em autos eletrônicos, independe da ciência da decisão	379
10.3.3	O cabimento de um agravo de instrumento para a impugnação de duas ou mais decisões interlocutórias: REsp 1.628.773.....	382
10.4	Processamento do agravo de instrumento	383
10.4.1	Efeitos do agravo de instrumento	384
10.4.2	Possibilidade da decisão monocrática pelo relator	386
10.4.3	O pedido de antecipação da tutela recursal	387
10.4.4	Julgamento não unânime em matéria de mérito.....	388
10.4.5	Petição de informação do art. 1.018.....	390
10.4.6	Juízo de retratação ou efeito regressivo	391
10.4.7	A existência de agravo de instrumento e apelação no Tribunal concomitantemente.....	392
10.4.8	Agravo de instrumento e honorários advocatícios recursais.....	393
10.4.9	Agravo de instrumento e a possibilidade de extinção do processo .	394
11.	AGRAVO INTERNO	397
11.1	Conceito.....	397
11.1.1	Fim da divergência entre agravo interno e regimental.....	398
11.2	Decisões impugnáveis pelo agravo interno.....	399
11.3	Mérito do agravo interno	401
11.3.1	A impugnação da decisão monocrática interlocutória ou homologatória	403
11.3.2	O equívoco do relator ao aplicar precedente: distinção ou <i>distinguishing</i>	404
11.3.3	A aplicação aparentemente correta do precedente: a alegação de superação de precedente.....	405
11.4	As inovações na tramitação do agravo interno	405
11.4.1	Da positivação do contraditório no agravo interno	406
11.4.2	Da possibilidade do juízo de retratação no agravo interno	407
11.4.3	Da fundamentação do acórdão que julga o agravo interno	407

11.4.4	Multa pela inadmissibilidade ou improvimento unânime	409
11.4.4.1A	inaplicabilidade da multa em agravo interno com o intuito de esgotar as vias recursais: tema repetitivo 434 – STJ.....	412
11.4.5	A existência de decisões monocráticas irrecuráveis	413
11.4.6	O agravo interno de distinção/superação da decisão do presidente de Tribunal: uma nova visão do agravo interno pela lei nº 13.256/2016	413
11.4.7	A sustentação oral no agravo interno	414
11.5	Forma de interposição	414
11.6	O processamento do agravo interno	415
12.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	417
12.1	Conceito.....	417
12.1.1	Natureza jurídica dos embargos de declaração	419
12.2	Objetivos dos embargos de declaração.....	422
12.2.1	Omissão	422
12.2.2	Obscuridade e contradição	424
12.2.3	Erro material	426
12.2.4	Objetos dos embargos de declaração: as decisões embargáveis ..	428
12.2.4.1	A relação entre o objeto dos embargos de declaração e o princípio da singularidade.....	429
12.2.4.2	A possibilidade de embargar despacho.....	431
12.2.4.3	A possibilidade de embargos de declaração da decisão dos embargos de declaração	432
12.2.4.4	A impossibilidade de embargos de declaração como pedido de reconsideração	433
12.2.5	A forma da decisão após os embargos.....	433
12.2.6	O interesse recursal nos embargos de declaração	434
12.3	Forma de Interposição.....	434
12.4	Efeitos dos embargos de declaração: devolutivo, interruptivo, substitutivo e a possibilidade do suspensivo	435
12.4.1	Efeito devolutivo.....	435
12.4.2	Efeito interruptivo	437
12.4.2.1	Efeito interruptivo e o agravo do art. 1.042: a jurisprudência do STJ – AgInt no AREsp 1009716/SP	439
12.4.3	Efeito suspensivo	441
12.4.4	Efeito substitutivo e a sua relação com os embargos de declaração.	442
12.5	Embargos de declaração com efeitos infringentes	443
12.5.1	Da necessidade de contraditório quando possível a modificação.	448
12.5.2	Da possibilidade do <i>reformatio in pejus</i> por causa dos efeitos infringentes	449
12.6	Embargos de declaração protelatórios.....	449

12.7	Embargos de declaração e o princípio da complementaridade.....	452
12.8	Fungibilidade dos embargos de declaração e o agravo interno.....	455
12.9	Embargos de declaração e o prequestionamento	457
12.10	A fundamentação da resposta aos embargos de declaração	458
12.11	Embargos de declaração nos juizados especiais	459
12.12	O processamento dos embargos de declaração	459
13.	RECURSO ORDINÁRIO	461
13.1	Conceito.....	461
13.2	Objetos impugnáveis por recurso ordinário	463
13.2.1	Acórdão do STJ.....	463
13.2.2	Acórdão de TJ ou TRF.....	465
13.2.3	Sentença de vara da Justiça Federal.....	466
13.3	Interesse recursal no recurso ordinário	467
13.3.1	Devolução da matéria de modo idêntico à apelação	468
13.3.2	Necessidade de uma decisão de mérito denegatória quando em cabimento contra acórdão?	470
13.3.3	Necessidade de impugnação de decisão colegiada: impossibilidade de recurso ordinário de decisão monocrática	471
13.3.3.1	Novo juízo de admissibilidade	472
13.3.3.2	Formas de interposição.....	473
13.4	Cabimento do agravo de instrumento em hipótese da Justiça Federal e as decisões interlocutórias não passíveis de agravo de instrumento.....	475
13.5	A teoria da causa madura e o recurso ordinário	476
13.6	O processamento do recurso ordinário.....	478
14.	RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES	479
14.1	Excepcionalidade da jurisdição superior	479
14.1.1	Finalidade de proteção às normas federais e constitucionais.....	482
14.1.2	A linha tênue entre o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito dos recursos excepcionais: especial e extraordinário	483
14.1.3	A consequência material para a parte do julgamento do recurso como finalidade posterior	484
14.1.4	Possibilidade recursal dependente da matéria do acórdão do Tribunal anterior	486
14.2	Requisitos de admissibilidade dos recursos excepcionais.....	487
14.2.1	Questões somente de direito	489
14.2.1.1	Impossibilidade de rediscussão de provas.....	491
14.2.1.2	A diferença da rediscussão de fato e da questão de direito na análise da valoração da prova	492
14.2.1.3	Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça – Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal.....	495

14.2.1.4	Necessidade da especificação do permissivo legal contrariado: a inadmissibilidade do recurso excepcional por deficiência de fundamentação – Súmula nº284 do STF	496
14.2.2	Esgotamento das vias recursais internas do tribunal recorrido..	498
14.2.2.1	A necessidade de interposição de todos os recursos possíveis na instância anterior: a Súmula nº281 do STF	499
14.2.2.2	A supressão de instância na interposição sem o devido esgotamento das vias recursais internas do Tribunal...	501
14.2.2.3	A impossibilidade de recurso para Tribunal Superior contra decisão monocrática.....	502
14.2.2.4	A exceção ao esgotamento das vias recursais: a dúvida sobre a interposição dos embargos de divergência e o recurso extraordinário	504
14.2.2.5	A exceção ao esgotamento das vias recursais: o AgInt no AGRAVO EM REsp Nº 1.156.112 – SP	505
14.2.3	Prequestionamento	507
14.2.3.1	Formas de prequestionamento.....	509
14.2.3.1.1	A interposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento	511
14.2.3.1.2	Os embargos de declaração, a violação ao art. 1.022 como questão federal e o prequestionamento ficto: o julgamento do REsp 1639314.....	512
14.2.3.2	Espécies de prequestionamento	513
14.2.3.2.1	Prequestionamento explícito.....	514
14.2.3.2.2	Prequestionamento implícito.....	515
14.2.3.3.	Dicotomia entre os entendimentos do STJ e o STF e a possível aderência de entendimentos.....	517
14.2.3.3.1	Súmula nº 211 do STJ e o seu entendimento sobre prequestionamento	517
14.2.3.3.2	Da Súmula nº 356 do STF e o reconhecimento do prequestionamento ficto	521
14.2.3.3.3	A instabilidade da aplicação da Súmula nº 356 no STF e a aderência ao entendimento do STJ antes do CPC/2015	523
14.2.3.4	O prequestionamento no CPC/2015.....	525
14.2.3.4.1	A escolha pelo prequestionamento ficto ..	525
14.2.3.4.2	Pontos processuais favoráveis ao prequestionamento ficto.....	527
14.2.3.4.3	O aproveitamento processual do art. 1.029, § 3º e o prequestionamento	528
14.2.3.5	A relativização do prequestionamento como requisito de admissibilidade quando presente a repercussão geral .	530

14.2.3.6	O prequestionamento mesmo quando ventilado somente no voto vencido.....	532
14.2.3.7	O prequestionamento e a questão de ordem pública ou cognoscíveis de ofício.....	533
14.2.3.8	A opção pelo jurisdicionado	534
14.2.3.9	A necessidade de ressignificação conceitual de causa decidida para compatibilidade com o art. 1.025.....	535
14.3	Fungibilidade entre os recursos: especial e extraordinário.....	537
14.3.1	A necessidade da complementação na hipótese do recurso especial aceito como recurso extraordinário.....	543
14.3.2	A complementação inversa: recurso extraordinário aceito como especial.....	544
14.3.3	A necessidade de permissão de prazo para as contrarrazões recursais após a fungibilidade	544
14.3.4	O problema da cumulação de pedidos na ação e no recurso excepcional: a fungibilidade diante dessa hipótese.....	546
14.3.5	O impacto da Lei nº 13.256/2016 na fungibilidade dos recursos excepcionais	547
14.4	Concomitância ou interposição conjunta entre os recursos excepcionais ..	548
14.4.1	A concomitância ou interposição conjunta em acórdão com pluralidade de capítulos decisórios e ofensas diferentes em cada capítulo.....	549
14.4.2	A concomitância ou interposição conjunta em acórdão com pluralidade de fundamentos decisórios com ofensas diferentes no mesmo capítulo da decisão	550
14.4.3	O processamento da concomitância ou interposição conjunta dos recursos excepcionais	552
14.4.4	A diferença entre a concomitância ou interposição conjunta e a fungibilidade entre os recursos excepcionais	554
14.4.5	A concomitância cruzada pelas partes em sucumbência recíproca: uma parte com recurso especial, outra parte com recurso extraordinário.....	556
14.5	A flexibilização (relativização) da admissibilidade recursal	557
14.5.1	A flexibilização (relativização) da admissibilidade eu juízo bipartido: o problema de simetria	561
14.5.2	A necessidade de contraditório prévio para a inadmissibilidade?	563
14.6	Interposição dos recursos excepcionais em agravo de instrumento e a extinção da forma retida.....	564
14.7	O juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais.....	566
14.7.1	O juízo de admissibilidade realizado pelo presidente ou vice-presidente do Tribunal recorrido	567

14.7.2	O juízo de admissibilidade realizado pelo relator no Tribunal Superior	568
14.7.3	As críticas ao texto original e a alteração via Lei n. 13.256/2016 .	568
14.7.4	Outras atribuições do presidente ou vice-presidente do Tribunal recorrido no momento do juízo de admissibilidade.....	571
14.7.4.1	As novas hipóteses de negativa de admissibilidade: recursos repetitivos e repercussão geral.....	571
14.7.4.2	Remeter ao órgão fracionário recorrido para a realização de juízo de retratação pela discordância a recurso repetitivo ou repercussão geral	572
14.7.4.3	Sobrestar os recursos excepcionais idênticos a recursos repetitivos ou repercussão geral não julgados	572
14.7.4.4	Selecionar recursos representativos da controvérsia para a decisão de afetação regional	573
14.7.4.5	Somente realizar o juízo de admissibilidade positivo em determinadas hipóteses	573
14.7.5	A PEC 10/2017 do Senado ou PEC 209/2013 da Câmara: o projeto de uma arguição de relevância para o recurso especial	574
14.8	Juízo de mérito dos recursos excepcionais.....	575
14.8.1	Âmbito do julgamento de mérito dos recursos excepcionais	577
14.9	A falta de efeito suspensivo dos recursos excepcionais e a forma de concessão em eventual pedido de efeito suspensivo	579
14.10	Os recursos excepcionais adesivos: especial e extraordinário	581
14.11	Forma de interposição dos recursos excepcionais	582
15.	RECURSO ESPECIAL.....	585
15.1	Conceito.....	585
15.1.1	Histórico de criação do recurso especial.....	585
15.2	Hipóteses de cabimento.....	586
15.2.1	Contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	587
15.2.2	Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal .	589
15.2.3	Divergência de interpretação de direito federal	591
15.2.3.1	Necessidade do cotejo analítico sobre o dissídio jurisprudencial: requisito de admissibilidade específico dessa hipótese de cabimento.....	592
15.2.3.2	Possibilidade de a divergência ser de acórdão entre Tribunais de segundo grau.....	594
15.2.3.3	A confusão entre a alínea A e C do art. 105, III da CF .	596
15.3	Rito repetitivo nos recursos excepcionais	596
15.3.1	A multiplicidade no direito brasileiro	598

15.3.1.1	Os direitos individuais homogêneos no Brasil e a massificação das demandas em matéria idêntica pela ampliação ao acesso à justiça.....	599
15.3.1.2	A existência de questões repetitivas: outra multiplicidade a ser resolvida	604
15.3.2	O rito repetitivo como técnica de causa-piloto	605
15.3.3	A impossibilidade da parte de requerer o rito repetitivo	606
15.3.4	Decisão de afetação do rito repetitivo	607
15.3.4.1	Requisitos para a prolação da decisão de afetação: a atribuição do rito repetitivo.....	608
15.3.4.1.1	Multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais.....	609
15.3.4.1.2	Fundamento em idêntica questão de direito.	610
15.3.4.1.3	Admissibilidade positiva do recurso para a concessão do rito repetitivo	611
15.3.4.2	A prolação da decisão de afetação do rito repetitivo ...	612
15.3.4.3	Competências para a decisão de afetação e a atribuição do rito repetitivo	613
15.3.4.4	Recursos representativos da controvérsia.....	617
15.3.4.4.1	A escolha dos recursos representativos da controvérsia	617
15.3.4.5	Efeitos e impactos da decisão de afetação.....	620
15.3.4.5.1	A suspensão dos processos afetados: impacto regional e federal da decisão de afetação..	621
15.3.4.5.2	Prazo da suspensão dos processos afetados	622
15.3.4.5.3	A possibilidade de nova afetação por outro relator	624
15.3.4.5.4	A suspensão de cada processo e o requerimento de distinção	625
15.3.5	Processamento do julgamento do recurso especial repetitivo.....	626
15.3.5.1	A alteração da competência dos recursos representativos da controvérsia como resultado da decisão de afetação	627
15.3.5.2	A formação de um contraditório ampliado para a tramitação do recurso excepcional repetitivo.....	628
15.3.5.3	Os legitimados para manifestação no rito repetitivo ..	628
15.3.5.3.1	A manifestação de terceiros sobre a matéria repetitiva: o <i>amicus curiae</i>	628
15.3.5.3.2	Participação da sociedade via audiências públicas	632
15.3.5.3.3	Possibilidade de pedido de informações aos Tribunais inferiores	633
15.3.5.3.4	A necessidade da manifestação do Ministério Público	634

15.3.5.4	Julgamento da controvérsia do rito repetitivo	634
15.3.5.4.1	Efeito cascata da decisão em recursos repetitivos nos processos afetados	636
15.3.5.4.2	A formação de um precedente judicial repetitivo vinculante para os processos futuros	637
15.3.5.4.3	A desistência dos recursos representativos da controvérsia.....	638
15.3.5.4.4	A possibilidade de desistência da ação em primeiro grau, antes da prolação da sentença	640
15.3.5.5	O recurso cabível do julgamento do recurso especial repetitivo representante da controvérsia.....	640
16.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	643
16.1	Conceito.....	643
16.2	Histórico do recurso extraordinário	644
16.3	Hipóteses de cabimento.....	646
16.3.1	Contrariar a Constituição Federal.....	647
16.3.2	Declarar inconstitucional tratado ou lei federal.....	648
16.3.3	Julgar válida lei local ou ato de governo local em face da Constituição Federal.....	649
16.3.4	Julgar válida lei local em face da lei federal	651
16.3.5	O objeto impugnável pelo recurso extraordinário.....	653
16.4	O requisito preliminar de admissibilidade do recurso extraordinário: repercussão geral	654
16.4.1	A necessidade de demonstração da repercussão geral no recurso extraordinário	659
16.4.1.1	Possibilidades objetivas da repercussão geral	661
16.4.1.1.1	Contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.....	662
16.4.1.1.2	Tenha reconhecido a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal, nos termos do art. 97 da Constituição Federal.....	663
16.4.1.1.3	O recurso extraordinário que impugna a decisão do incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR	664
16.4.2	Julgamento da repercussão geral.....	664
16.4.2.1	O contraditório ampliado na repercussão geral	665
16.4.2.1.1	A possibilidade da manifestação de terceiros na repercussão geral: o <i>amicus curiae</i>	665
16.4.2.1.2	Participação da sociedade via audiências públicas	668
16.4.2.1.3	Possibilidade de pedido de informações aos Tribunais inferiores	669

16.4.2.1.4	A necessidade da manifestação do Ministério Público	669
16.4.2.2	A decisão positiva da repercussão geral.....	669
16.4.2.2.1	Os efeitos da decisão da repercussão geral: decisão de afetação pelo relator	670
16.4.2.2.2	Os efeitos da repercussão geral positiva: suspensão dos processos com matéria idêntica	672
16.4.2.2.3	A decisão sobre a matéria recursal	673
16.4.2.2.3.1	A construção do efeito vinculativo da decisão de recurso extraordinário em regime de repercussão geral	674
16.4.2.2.3.2	O efeito cascata da decisão de mérito do recurso extraordinário: a construção do efeito vinculativo sobre os recursos sobrestados no STF.....	675
16.4.2.2.3.3	O efeito cascata da decisão de mérito do recurso extraordinário: o efeito vinculativo da decisão de mérito em regime de repercussão geral nos recursos em Tribunais anteriores.	676
16.4.2.2.3.4	O novo art. 1.030 e a vinculação como precedente: negativa de seguimento ou juízo de retratação	677
16.4.2.2.3.5	O art. 1.042 e a impossibilidade de agravo em RE contrário ao entendimento firmado em repercussão geral.....	679
16.4.2.2.3.6	O efeito sob a matéria para os recursos vindouros.....	680
16.4.2.2.4	A desistência dos recursos representativos da controvérsia.....	681
16.4.2.2.5	A possibilidade de desistência da ação em primeiro grau, antes da prolação da sentença	682
16.4.2.2.6	O argumento de autoridade da decisão de mérito em repercussão geral.....	683
16.4.2.2.6.1	A decisão de mérito proferida pelo pleno	683
16.4.2.2.6.2	A decisão de mérito proferida por turma.	684
16.4.2.3	A decisão negativa da repercussão geral.....	685
16.4.2.3.1	A impossibilidade do agravo interno sobre a negativa da repercussão geral.....	686
16.4.2.3.2	O efeito cascata aos recursos sobre a mesma matéria da repercussão geral negada	686
16.5	A função do STF, a repercussão geral e a necessária cultura de precedente judicial vinculante	688

16.5.1	A utilização inadequada da repercussão geral pelo STF: os filtros ocultos da repercussão geral	689
16.5.2	A escolha pelo STF do que julgar – a utilização transversa da repercussão geral: entre não julgar o irrelevante, sobrestar o relevante e julgar o não tão relevante	691
17.	AGRAVO CONTRA A DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO OU AGRAVO DO ART. 1.042.....	693
17.1	Conceito.....	693
17.2	Objeto da impugnação do agravo	696
17.2.1	O mérito do agravo em recurso especial ou extraordinário.....	697
17.3	Forma de interposição do agravo em recurso especial ou extraordinário	699
17.4	O efeito regressivo do agravo em recurso especial ou extraordinário.....	700
17.5	O agravo na hipótese de interposição conjunta do recurso especial e recurso extraordinário	701
17.6	Processamento do agravo em recurso especial ou extraordinário.....	703
17.7	O não cabimento do agravo do art. 1.042 contra decisão que nega admissibilidade por enquadramento em repetitivo ou repercussão geral.....	704
17.8	O agravo interno de distinção/superação: uma alteração na lei antes da vigência do CPC/2015	706
17.8.1	A impugnação cabível da decisão do pleno sobre o agravo interno de distinção ou superação: a escolha pela reclamação pelo STJ – RCL 37081/SP	708
17.9	O recurso excepcional com múltiplos pedidos, o juízo de admissibilidade por capítulos e a relação com o agravo do art. 1.042	712
17.9.1	A inadmissão de todos os capítulos	712
17.9.2	A admissibilidade de um capítulo e a inadmissibilidade de outro capítulo.....	715
17.9.3	O sobrestamento de um capítulo e a inadmissibilidade por outro capítulo.....	716
17.9.4	A inadmissibilidade por repetitivo ou repercussão geral em um capítulo e a inadmissibilidade por outro capítulo.....	717
18.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA (EM RE E RESP)	719
18.1	Conceito.....	719
18.2	Finalidade e adequação	720
18.3	Forma de interposição	721
18.3.1	O acórdão paradigma como requisito de admissibilidade: necessidade de comprovação da divergência e da similitude fática	722
18.3.2	Necessidade de impugnação de decisão colegiada: impossibilidade de embargos de divergência de decisão monocrática.....	726
18.4	O intuito da uniformização de jurisprudência	727

18.5	A amplitude dos embargos de divergência	731
18.5.1	A divergência em direito material ou processual.....	733
18.5.2	A ampliação do cabimento para acórdão da mesma turma	734
18.5.3	A necessidade de fundamentação para negativa por distinção...	735
18.5.4	O julgamento dos embargos de divergência	737
18.5.4.1	A pacificação da divergência em qualquer resultado de julgamento	738
18.5.4.2	A competência interna dos Tribunais Superiores para o julgamento dos embargos de divergência.....	739
18.5.4.3	A possibilidade de julgamento conjunto de embargos de divergência da mesma matéria.....	740
18.5.4.4	A vinculatividade da decisão dos embargos de divergência?	741
18.5.4.5	Os embargos de divergência como um incidente de assunção de competência invertido?	743
18.5.4.6	Os embargos de divergência para pacificar divergência e os embargos de divergência para aplicar precedente já decidido em embargos de divergência.....	743
18.6	O efeito interruptivo dos embargos de divergência.....	745
18.6.1	O prosseguimento do recurso extraordinário já interposto após julgamento dos embargos de divergência	747
18.6.2	Possibilidade de complementação do recurso extraordinário já interposto após julgamento dos embargos de divergência?.....	748
18.7	O processamento dos embargos de divergência.....	750
19.	PRECEDENTE JUDICIAL.....	753
19.1	O precedente judicial e sua formação.....	753
19.1.1	Os elementos formadores do precedente	756
19.1.1.1	A <i>ratio decidendi</i> do precedente.....	757
19.1.1.2	O <i>obiter dictum</i> do precedente	760
19.1.1.3	Técnicas de identificação da <i>ratio decidendi</i> do precedente.....	761
19.1.1.4	O elemento posterior do precedente: <i>stare decisis</i>	763
19.1.2	As diferenças entre <i>common law</i> e <i>civil law</i> e os precedentes no direito brasileiro.....	767
19.1.3	Precedente judicial como fonte do direito?.....	769
19.1.4	Conteúdo dos precedentes: declarativos ou criativos.....	770
19.1.5	Eficácia do precedente judicial	771
19.1.6	Os princípios constitucionais e os precedentes judiciais.....	774
19.2	O art. 926 e a sua importância no CPC/2015	780
19.2.1	A uniformização, a estabilidade e segurança jurídica	781
19.2.2	A coerência e integridade da jurisprudência	783

19.2.3	O art. 926 como um conjunto de normas complementares	785
19.2.4	O art. 927 e a sua força vinculante: um novo paradigma normativo	785
19.2.4.1	O art. 927 representa um rol taxativo/exaustivo de vinculação?	788
19.3	As espécies de precedentes judiciais no direito brasileiro.....	788
19.3.1	A jurisprudência e sua forma persuasiva	789
19.3.2	As súmulas – normais e vinculantes	792
19.3.3	Os precedentes formados pelo pleno ou órgão especial do Tribunal e a sua força vinculante.....	795
19.3.4	Os precedentes formados em casos repetitivos e a sua força vinculante	796
19.3.5	Os precedentes formados incidente de assunção de competência	798
19.4	A importância da fundamentação analítica nas decisões de formação de precedentes vinculantes.....	799
19.5	Técnicas de aplicação e de superação de precedentes.....	801
19.5.1	<i>Distinguishing</i>	802
19.5.2	Superação por <i>overruling</i>	805
19.5.2.1	<i>Anticipatory overruling</i>	806
19.5.2.2	<i>Signaling</i>	808
19.5.2.3	<i>Prospective overruling</i>	809
19.5.3	Superação por <i>overriding</i>	811
20.	INCIDENTES RECURSAIS.....	813
20.1	Incidente de assunção de competência.....	813
20.1.1	Conceito.....	813
20.1.2	Requisitos para a instauração do incidente.....	815
20.1.2.1	A ampliação da possibilidade do incidente	819
20.1.3	Legitimidade para a proposição do incidente.....	821
20.1.4	Da suscitação e do juízo de admissibilidade do IAC	822
20.1.5	Da decisão de afetação e a delimitação da questão de direito do IAC.....	824
20.1.6	Alteração da competência para o julgamento da questão de direito incidente e do recurso.....	827
20.1.7	A escolha do recurso ou processo representativo da controvérsia.....	828
20.1.8	A formação de um contraditório ampliado na tramitação do IAC.....	829
20.1.9	As manifestações dos interessados legitimados e o contraditório ampliado no IAC	832
20.1.10	O julgamento da matéria do IAC e das questões principais.....	835

20.1.11	As possibilidades recursais cabíveis do julgamento do IAC: interesse, questão recorrível, legitimidade e processamento.....	836
20.1.12	Vinculação para os juízes de primeiro grau e os órgãos fracionários do Tribunal do conteúdo da decisão do IAC.....	838
20.1.12.1	A possibilidade da utilização de reclamação.....	841
20.1.12.2	Revisão da tese jurídica.....	842
20.1.12.2.1	A tese firmada em Tribunal de segundo grau ou no STJ.....	844
20.1.12.2.2	A tese firmada no STF.....	845
20.1.12.2.3	A legitimidade para suscitação de revisão de tese.....	845
20.1.12.3	A desistência do processo representativo da controvérsia escolhido para o IAC.....	846
20.1.12.4	A possibilidade de fungibilidade com o IRDR ou recursos excepcionais repetitivos.....	847
20.1.12.4.1	O ponto autorizante da fungibilidade: a possibilidade de suscitação oficiosa em ambos os institutos – IAC e IRDR.....	850
20.1.12.4.2	A suscitação do IAC, a admissibilidade e a possibilidade de conversão em IRDR.....	851
20.1.12.4.2.1	A fungibilidade pela turma quando da análise da admissibilidade preliminar do IAC.....	851
20.1.12.4.2.2	A fungibilidade pelo colegiado maior quando da análise da admissibilidade definitiva do IAC.....	852
20.1.12.4.3	A suscitação do IRDR, a admissibilidade e a possibilidade de conversão em IAC.....	854
20.1.12.4.4	A fungibilidade, o IAC e os recursos excepcionais repetitivos.....	855
20.2	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	856
20.2.1	Conceito.....	856
20.2.1.1	Controle de constitucionalidade difuso.....	857
20.2.1.2	A necessidade da inconstitucionalidade como prejudicial de mérito.....	858
20.2.2	Legitimidade para suscitação do incidente.....	859
20.2.3	Julgamento da admissibilidade do incidente pelo órgão fracionário.....	860
20.2.4	Existe uma decisão de afetação no incidente de arguição de inconstitucionalidade?.....	862
20.2.4.1	A possibilidade de suspensão das demandas idênticas quando admitido o incidente.....	863

20.2.4.2	O contraditório ampliado: <i>amicus curiae</i> , Ministério Público, legitimados do art. 103 e pessoas jurídicas responsáveis pelos atos questionados.....	864
20.2.5	O processamento e o julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	866
20.2.5.1	A devolução do incidente julgada para o órgão fracionário originário	867
20.2.5.2	A irrecorribilidade da decisão do incidente: súmula 513 do STF	867
20.2.5.3	A recorribilidade da decisão da questão de fundo decidida pelo órgão originário com impugnação da decisão do incidente	868
20.2.6	O efeito da decisão do incidente: formação de precedente para demandas com a mesma questão constitucional	868
20.2.6.1	A impossibilidade de revisão de tese naquele Tribunal	869
20.2.6.2	A superação por decisão do STF em controle de constitucionalidade difuso ou concentrado.....	870
20.3	Incidente de resolução de demandas repetitivas	871
20.3.1	Conceito.....	871
20.3.1.1	Equívoco na nomenclatura: demandas ou questões repetitivas?.....	874
20.3.1.2	Técnica de julgamento por amostragem ou de tutela de direito coletivo?	875
20.3.2	Requisitos de cabimento para a instauração do incidente	876
20.3.2.1	Questão somente de direito	876
20.3.2.2	Multiplicidade efetiva de demandas com a mesma questão	879
20.3.2.3	Risco de ofensa à isonomia ou à segurança jurídica: decisões divergentes	881
20.3.2.4	É requisito para a instauração do IRDR que exista processo com a questão de direito pendente no Tribunal?.....	882
20.3.2.5	A impossibilidade de instauração quando a matéria está afetada por Tribunal Superior como requisito negativo do IRDR	883
20.3.3	A necessidade da conjunção de todos os requisitos de cabimento .	884
20.3.4	IRDR: causa-piloto ou procedimento modelo?	885
20.3.5	A legitimidade para a suscitação do IRDR	887
20.3.6	O processamento do IRDR	889
20.3.6.1	O pedido suscitante do IRDR.....	889
20.3.6.2	A possibilidade de nova suscitação do IRDR.....	891
20.3.6.3	A recepção, distribuição e o juízo de admissibilidade .	892

20.3.6.4	O efeito no processo originário do protocolo do pedido do IRDR: necessidade de petição de informação e impossibilidade de julgamento	893
20.3.6.5	A decisão de afetação do IRDR.....	895
20.3.6.5.1	A avocação pelo colegiado competente do processo base para o julgamento do IRDR	896
20.3.6.5.2	A suspensão dos processos com identidade material naquele Tribunal	897
20.3.6.5.3	A possibilidade de ampliação dos processos representativos da controvérsia	898
20.3.6.5.4	O processamento do IRDR com a definição do contraditório ampliado	899
20.3.6.5.5	A audiência pública no IRDR.....	900
20.3.6.5.6	Existe uma falta de representatividade de ausentes no IRDR?	901
20.3.6.5.7	A comunicação da suspensão aos órgãos julgadores e ao CNJ.....	904
20.3.6.5.8	A possibilidade de ampliação ou prorrogação da suspensão.....	904
20.3.6.5.9	A desistência e a inserção do Ministério Público	905
20.3.6.5.10	O prazo para o processamento do IRDR, a maturação analítica e a remessa para julgamento	906
20.3.6.6	Julgamento do IRDR	907
20.3.6.6.1	A sustentação oral no IRDR.....	907
20.3.6.6.2	O julgamento da questão de direito do IRDR	907
20.3.6.6.3	A cisão cognitiva do procedimento modelo	909
20.3.6.6.4	O julgamento dos processos representativos da controvérsia pelo mesmo colegiado competente pelo IRDR.....	909
20.3.6.6.5	O julgamento dos processos afetados suspensos: em primeiro grau e no Tribunal ..	911
20.3.6.6.6	Aplicabilidade da decisão do IRDR: após a prolação da decisão ou após o trânsito em julgado da decisão?	912
20.3.6.6.7	A comunicação da decisão do IRDR ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização de questão relativa a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado	913
20.3.6.6.8	A publicidade da existência do IRDR e da decisão que fixa a tese	913

20.3.6.7	As possibilidades recursais cabíveis do julgamento do IRDR.....	915
20.3.6.7.1	Aplicabilidade da súmula 513 do STF e um modelo de recorribilidade idêntico ao existente no incidente de arguição de inconstitucionalidade?.....	916
20.3.6.7.2	A ressignificação de causa decidida pelo IRDR e sua recorribilidade excepcional ...	921
20.3.6.7.3	A conclusão pela recorribilidade excepcional da decisão que fixa a tese jurídica no IRDR.....	922
20.3.6.7.4	A legitimidade recursal excepcional da decisão que fixa a tese jurídica do IRDR..	923
20.3.6.7.5	As peculiaridades dos recursos excepcionais sobre a decisão que fixa a tese jurídica no IRDR: efeito suspensivo automático e repercussão geral presumida.....	924
20.3.6.7.6	A recepção e tramitação do recurso excepcional sobre a decisão que fixa a tese jurídica como um recurso repetitivo.....	926
20.3.7	A formação de precedente para os processos futuros: a vinculação para os juízes de primeiro grau e dos órgãos fracionários do Tribunal pela decisão do incidente	928
20.3.7.1	A vinculação da decisão do Tribunal Superior sobre recurso impugnativo da tese jurídica fixada em IRDR	930
20.3.7.2	A necessidade de possibilitar o devido processo legal nos processos com possível aplicação do IRDR.....	932
20.3.8	Revisão da tese jurídica	932
20.3.8.1	A inércia argumentativa e o ônus argumentativo na revisão de tese.....	934
20.3.8.2	A modulação de efeitos da revisão de tese	936
20.3.9	O cabimento da reclamação.....	938
20.3.10	O caráter preparatório para uma repetição federal ou constitucional: a falácia sobre a aplicabilidade da decisão do IRDR	939
20.3.11	Inconstitucionalidade do IRDR?	941
20.3.12	O IRDR e a sua relação com os Juizados Especiais Cíveis.....	944
20.3.13	Cabimento em Tribunais Superiores?.....	946
20.3.14	<i>Collateral stoppel</i> : coisa julgada perante terceiros?.....	948
20.3.15	A prescrição da matéria afetada em IRDR em processos afetados ou de identidade fático-jurídica	950
20.3.16	A eficácia persuasiva do IRDR fixado por um Tribunal para irradiação em outro Tribunal.....	950
20.4	Reclamação.....	952

20.4.1	Conceito da reclamação.....	952
20.4.2	Natureza jurídica da reclamação	953
20.4.3	Hipóteses de cabimento da reclamação.....	955
20.4.3.1	A usurpação de competência	955
20.4.3.2	A garantia de autoridade.....	956
20.4.3.3	A garantia de observância dos precedentes judiciais...	957
20.4.3.3.1	A Lei nº 13.256/2016 e o impacto na hipótese de não observância aos precedentes judiciais	961
20.4.4	Legitimidade da proposição da reclamação.....	963
20.4.5	Competência para a reclamação.....	963
20.4.6	Processamento da reclamação	964
20.4.7	Julgamento da reclamação.....	966
20.4.7.1	O cabimento de honorários advocatícios na reclamação? ..	967
20.4.8	As críticas e receios da ampliação do cabimento da reclamação ..	967
20.4.9	A reclamação pelas decisões não aplicadas pelas Turmas Recursais de juizados especiais: Resolução STJ/GP n. 3/2017	969
20.4.10	A reclamação como meio de revisão de tese de precedente vinculante: a decisão do agravo interno do pleno ou órgão especial e a reclamação.....	970
20.5	Conflito de competência.....	971
20.5.1	Conceito.....	971
20.5.2	Requisitos, pedido e legitimidade	974
20.5.3	A instrução processual do conflito de competência	974
20.5.4	O julgamento do conflito de competência	975
20.5.5	A competência para o julgamento do conflito de competência..	976
20.6	Homologação de sentença estrangeira	977
20.6.1	Conceito.....	977
20.6.2	O objeto passível de homologação	978
20.6.3	Competência	979
20.6.4	Requisitos para a homologação de sentenças estrangeiras	980
20.6.5	Processamento da ação de homologação de sentenças estrangeiras ..	981
20.6.5.1	O julgamento do caráter exequatur da carta rogatória ..	982
20.6.6	A competência para a execução da sentença homologada	984
21.	AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO.....	985
21.1	Distinção entre as ações autônomas de impugnação de decisão e os recursos.....	985
21.2	Ação rescisória.....	986
21.2.1	Conceito.....	986
21.2.2	Natureza jurídica da ação rescisória	988

21.2.3	Objeto rescindendo: decisão interlocutória, sentença, decisão monocrática ou acórdão	988
21.2.3.1	Objeto rescindendo sem mérito: exceções de cabimento da ação rescisória	991
21.2.3.2	Amplitude da impugnação: ação rescisória total ou parcial	993
21.2.3.2.1	Os capítulos da decisão e a ação rescisória	994
21.2.3.2.2A	decisão parcial de mérito e a ação rescisória....	995
21.2.3.2.3	A ação rescisória de decisão prejudicial transitada em julgado.....	996
21.2.3.2.4	Ações rescisórias em uma mesma demanda sobre decisões de mérito diversas ou coisa julgada progressiva	997
21.2.3.3	Os atos homologados pelo juízo e a ação anulatória....	998
21.2.4	Hipóteses de cabimento da ação rescisória.....	1001
21.2.4.1	Crimes do juiz nos autos.....	1001
21.2.4.2	Juiz impedido ou juízo absolutamente incompetente..	1003
21.2.4.3	Dolo processual ou colusão entre as partes.....	1006
21.2.4.4	Ofensa à coisa julgada	1008
21.2.4.5	Violação manifesta de norma jurídica	1011
21.2.4.6	Decisão fundada em prova falsa	1015
21.2.4.7	Prova nova	1017
21.2.4.8	Erro de fato	1020
21.2.4.9	A hipótese escondida da ação rescisória: a coisa julgada inconstitucional.....	1022
21.2.5	Pressupostos da ação rescisória	1024
21.2.5.1	Objeto da ação rescisória: decisão	1024
21.2.5.2	Coisa julgada e, em regra, material.....	1025
21.2.5.3	A existência de vícios na decisão impugnada: hipóteses do art. 966	1026
21.2.5.4	Prazo para interposição ou proposição.....	1027
21.2.6	Legitimidade da ação rescisória	1030
21.2.6.1	Legitimidade ativa da ação rescisória.....	1030
21.2.6.2	Legitimidade passiva da ação rescisória	1032
21.2.7	Competência para o julgamento da ação rescisória.....	1034
21.2.8	O processamento da ação rescisória	1036
21.2.8.1	A petição inicial da ação rescisória	1036
21.2.8.2	A emenda a inicial com base no art. 968, § 5º: a emenda pela competência equivocada.....	1038
21.2.8.3	A possibilidade do pedido de tutela provisória	1039
21.2.8.4	A possibilidade de improcedência liminar do pedido .	1040
21.2.8.5	A instrução processual	1041

21.2.9	O julgamento da ação rescisória.....	1042
21.2.9.1	O julgamento da ação rescisória e o art. 942: técnica de julgamento não unânime	1044
21.2.10	Os recursos cabíveis do julgamento da ação rescisória	1045
21.2.11	A ação rescisória da ação rescisória	1045
21.3	Ação declaratória de inexistência – <i>querella nullitatis insanabilis</i>	1046
21.3.1	Conceito.....	1046
21.3.2	Natureza jurídica da <i>querela nullitatis insanabilis</i>	1048
21.3.3	Objeto da <i>querela nullitatis insanabilis</i>	1051
21.3.3.1	Imprescritibilidade da <i>querela nullitatis insanabilis</i>	1052
21.3.4	Legitimidade e competência	1052
21.3.5	Hipóteses de cabimento da <i>querela nullitatis insanabilis</i>	1054
21.3.6	Fungibilidade entre a <i>querela nullitatis insanabilis</i> e a ação rescisória.....	1055
21.4	Mandado de segurança contra decisão irrecorrível.....	1056
21.4.1	Conceito.....	1056
21.4.2	Admissibilidade e legitimidade	1058
21.4.3	Competência	1059
21.4.4	Hipóteses de cabimento.....	1060
21.4.5	Processamento do mandado de segurança	1062
21.4.6	Outras formas de ações autônomas	1063
22.	SUCEDÂNEOS RECURSAIS.....	1067
22.1	Conceito de sucedâneos recursais	1067
22.2	Pedido de reconsideração.....	1067
22.2.1	O pedido e a sua relação com preclusão.....	1069
22.3	Correição parcial	1071
22.4	O pedido de suspensão de segurança	1073
22.4.1	Suspensão de segurança como sucedâneo recursal	1074
22.4.2	Legitimidade e competência para o pedido de suspensão de segurança.....	1074
22.4.3	Hipóteses de cabimento da suspensão de segurança.....	1076
22.4.4	O processamento do pedido de suspensão de segurança	1077
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1081